

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA: APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO ESPECIAL - IV SBDTS - IV SIDETEG

Valdir Roque Dallabrida

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: valdirdallabrida@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>

Diomar Augusto de Quadros

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: professordiomar@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0714-4077>

Cynthia Sena Abrahão

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: cisena01@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3003-3677>

Luiz Everson da Silva

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: luiever@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2332-3553>

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: ivanjairojunckes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8305-3754>

Natália Tavares de Azevedo

Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Matinhos, Paraná, Brasil
E-mail: natytav@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6250-8238>

DOI: [dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91788](https://doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91788)

Como membros da Comissão Organizadora do IV Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IV SBDTS) e do IV Seminário Internacional da Rede de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (IV SIDETEG) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral (Matinhos-PR), temos a honra de apresentar a Edição Especial da revista Guaju, com uma seleção de artigos apresentados no evento, a transcrição da Conferência de Abertura e três artigos de palestrantes.

Inicialmente, entendemos ser importante fazer algumas reflexões sobre as categorias teóricas que fazem parte tanto dos títulos do evento, quanto dos temas centrais das instituições promotoras, do Curso de Mestrado (PPGDTS) e da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG): desenvolvimento territorial, sustentabilidade e governança territorial.

Não é adequado discorrer sobre as noções de desenvolvimento e governança territorial, sem fazer referência à “abordagem territorial do desenvolvimento”¹.

Como foi mencionado na Circular que apresentava os Grupos Temáticos do evento, a abordagem territorial se sustenta na categoria conceitual território. Concebe-se o território como uma construção social, expressando-se em cada momento histórico com uma determinada configuração espacial. Tal configuração é o que denominamos patrimônio territorial (DALLABRIDA, 2020a), com suas diferentes dimensões (social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual), resultante de acúmulos, herdados de um passado longínquo ou mais recente. As diferentes configurações têm uma relação direta com as opções assumidas no processo de conversação social que ocorre territorialmente na definição do futuro desejado territorialmente, envolvendo atores sociais, econômico-corporativos, organizacionais e agentes estatais, ou seja, as práticas de governança territorial (DALLABRIDA, 2015). Faz-se referência a uma realidade complexa e integrada, com suas diferentes dimensões, em que o espaço rural ou urbano são partes de um todo inter-relacionado, o território.

A figura 1, sintetiza ao que se refere a dinâmica territorial do desenvolvimento.

1 Em Dallabrida et al. (2021) faz-se um aprofundamento sobre a abordagem territorial do desenvolvimento. Já em Dallabrida et al. (2023) é apresentada uma proposta de “referencial metodológico multidimensional” convergente com a abordagem territorial, sistematizado no Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial.

O diagrama ilustra um modelo de planejamento territorial integrado. No topo, três elementos fundamentais — **Sociedade**, **Natureza** e **Cultura** — apontam para o conceito central de **Território**. A partir de **Território**, o planejamento se ramifica para as dimensões **Social**, **Natural** e **Cultural**. A dimensão **Social** é detalhada por **Humana-Intelectual** e **Produtiva**, enquanto a **Cultural** é detalhada por **Institucional**. O **Patrimônio Territorial** surge como o eixo central de integração, recebendo contribuições de todas as dimensões. Este patrimônio é então direcionado para o **Projeto de Futuro Desenvolvimento Territorial**. O processo é mediado por **Conversação Social Governança Territorial**, que atua como um mecanismo de diálogo e ajuste contínuo entre as dimensões e o projeto futuro.

1. categoria de partida. o território, como estrutura socioterritorial construída e

Assim sendo, a compreensão sobre desenvolvimento territorial passa a ser assumida como projeto ou “utopia desejada territorialmente”, ou melhor, como processo de busca de melhoria da qualidade de vida da espécie humana e demais dimensões da vida (ecossistema), do que decorre a convenção de se chamar tais processos de “desenvolvimento territorial sustentável”, nome do programa de pós-graduação promotor do evento IV SBDTS e IV SIDETEG.

Pela leitura e interpretação da figura 2, tem-se a compreensão de que o uso da categoria desenvolvimento territorial, não se trata de um modismo acadêmico. Seu uso se justifica, isto sim, pelo fato de ser uma categoria teórica abarcativa de todas as dimensões da realidade socioeconômico-ambiental (econômico-produtiva, social, ambiental, político-cultural e geográfica). Portanto, manifesta a compreensão de que um processo de desenvolvimento, necessariamente, precisa atender igualmente todas essas dimensões.

Figura 2- Demonstrativo do processo de evolução sobre o conceito de desenvolvimento



Fonte: Autoria desconhecida (domínio público)

Sobre governança, Le Galès (2014) a define como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com o propósito de alcançar objetivos definidos e discutidos coletivamente. Como derivativo, tem-se a acepção de governança territorial,

conforme expresso em Dallabrida (2015, p. 325): “A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais”.

À parte da miríade de definições e concepções acerca da categoria sustentabilidade, é importante salientar que o tema necessita contemplar a diversidade que vivemos e todas as contradições da vida social, que encerra, na sua essência, todas as modalidades de apropriação dos recursos no e do território. Neste sentido, as abordagens historicamente construídas e situadas no campo técnico, não contemplaram a dinâmica da sociedade e, portanto, nosso desafio é colocar luz à essa discussão tendo como mote as relações sociais.

Portanto, só faz sentido discutir o tema sustentabilidade e da relação entre sociedade e natureza, se esta discussão estiver permeada pela reflexão de como a sociedade se reproduz. Isto recai no entendimento de que o tema da sustentabilidade faz sentido quando se pensa no uso dos recursos e ativos territoriais, o meio ambiente, a partir das diferentes formas de apropriação dos mesmos. Esta reflexão precisa levar em conta as formas mais rudimentares de apropriação e uso do território como o fazem os camponeses, os pescadores artesanais e as comunidades tradicionais. Estes sujeitos compõem camadas mais desassistidas e precisam ser olhados no sentido de garantir seus modos de vida, visto que a ofensiva do grande capital em regiões como o litoral do Paraná tem impactado as condições dessas populações.

Neste sentido, o território se apresenta como um espaço geográfico constituído pelas pessoas que o compõe, fruto de uma dinâmica de construção social pautada: (i) na preocupação com a equidade, e (ii) na mobilização de mecanismos capazes de assegurar uma distribuição mais justa da renda e dos bens e serviços, a partir da valorização dos recursos coletivos disponíveis. E é justamente esse o motivo pelo qual o desenvolvimento territorial, na visão de Pecqueur (2005), não pode ser decretado; pelo contrário, ele surge de processos de construção social concebidos a partir da “dinâmica do território inserida no tempo” (MENEZES et al. 2016, p.24).

Portanto, o conceito de sustentabilidade precisa estar ancorado em uma visão sistêmica, na qual os valores possam ser de fato postos em prática localmente. Logo, o papel das comunidades locais é essencial, seja: (i) como colaboradoras na implementação e sucesso de propostas de manejo e uso sustentável; (ii) como provedoras de informações biológicas e ecológicas do ambiente como um todo, ou de espécies em particular; e (iii) mais especificamente no aspecto social, como promotoras do acesso a uma melhor qualidade

de vida daqueles que fazem uso dos recursos comuns, implantando uma base para o desenvolvimento local com a gestão participativa dos recursos naturais. Deste modo, o uso sustentável dos recursos naturais por comunidades tradicionais, constitui-se em um caminho possível para garantir a conservação de espécies e o aproveitamento dos seus recursos, seja para fins medicinais, alimentícios ou tecnológicos.

Não obstante, sabemos que o desaparecimento dessas comunidades afetaria a integridade da biodiversidade, uma vez que esse ambiente foi criado através de uma base cultural e social. “Se essas populações realmente viessem a desaparecer, ou a serem definitivamente removidas de suas áreas originais de ocupação, poderíamos esperar alterações na dinâmica de recomposição das florestas e na composição específica” (ADAMS, 2000, p.166).

Esta Edição Especial é composta por 15 (quinze) artigos, além da transcrição da conferência de abertura do evento.

O texto do renomado mestre e pesquisador Dr. Henrique Leff (México), A transição histórica para a sustentabilidade da vida, transcrito de sua fala, é riquíssimo nas suas reflexões, em especial, nos alertando de que “[...] o processo de desenvolvimento que está engajado com toda a dinâmica de nosso mundo, rumo para um processo de insustentabilidade territorial, quero dizer, um processo extrativista, de apropriação destrutiva da natureza, que tem nesta os efeitos mais contundentes, no nível da atmosfera, do aquecimento global, e tudo mais, que impacta no que venho chamando os ‘territórios de vida’”.

Dentre os artigos, os três primeiros, são textos disponibilizados por três dos palestrantes. O primeiro, do Prof. Dr. Arilson da Silva Favareto, Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições, aborda a evolução das ideias e teorias sobre o desenvolvimento regional para enfatizar o que há de novo com a emergência da chamada abordagem territorial, e, nesta abordagem, qual é a relevância de se operar com uma tríade de dimensões explicativas fundamentais desses processos: coalizões de atores sociais, ativos ou capitais e instituições, sugerindo que “... um quadro de análise apoiado nesses três conceitos pode sustentar uma abordagem coerente com um enfoque territorial dos processos de desenvolvimento”.

O segundo artigo, do Prof. Dr. Iván Geraldo Peyré Tartaruga, Ética e desenvolvimento territorial sustentável: apontamentos para o debate, inicia afirmando que, atualmente, a sustentabilidade deve ser considerada uma diretriz fundamental no processo de desenvolvimento. Afirma: “Entretanto, tal desenvolvimento deve seguir trajetórias

governadas pela ética, caso contrário, o progresso não acontece de modo pleno”.

O terceiro artigo de palestrantes é do Prof. Dr. Dimas Floriani, Desenvolvimento sustentável: um percurso permeado de obstáculos e idealizações, discute as idealizações e os obstáculos do desenvolvimento sustentável. Afirma que em sociedades periféricas, a exemplo das latino-americanas e especialmente a brasileira, as idealizações por vezes acobertam relações equivocadas sobre o meio ambiente e a natureza. Finaliza, afirmando: “Estamos gestando um mundo como se de fato este fosse acabar. Em um certo sentido, pode estar se acabando mesmo, pois vai em direção a um futuro para o qual não se sabe exatamente onde fica e até quando durará essa busca”.

Os outros 12 (doze) artigos são de autores participantes do evento IV SBDTS e IV SIDTEG, conforme descritos no quadro abaixo (apresentados pela ordem alfabética dos títulos).

Quadro 1- Autores, mensagem e/ou propósito central dos artigos.

Artigo	Autor(es)	Mensagem/Propósito do texto
A construção de mercados de qualidade e o papel do Estado: uma reflexão crítica a partir do caso brasileiro	Wellington Gomes dos Santos; Moisés Villamil Balestro	São abordados os elementos constitutivos dos mercados de qualidade dos alimentos, afirmando que as políticas públicas constituem uma lacuna central na constituição efetiva do que se entende como mercado de qualidade, produzindo dificuldades de coordenação e ordenamento, manifestada pela carência de dados oficiais sobre esses mercados agroalimentares.
Agricultura familiar e sistemas produtivos: produção de leite na região Fronteira Noroeste/RS	Pedro Luiz Büttenbender; Nelson José Thesing; Airton Rodrigues da Silva; Jesildo Moura de Lima; Volmir Ribeiro do Amaral; Natália Vogt Galli	O artigo apresenta sistemas produtivos de uso extensivo, semi-intensivo e intensivo, na agricultura familiar, na região Fronteira Noroeste, no Rio Grande do Sul. O sistema semi-intensivo apresentou a maior lucratividade, enquanto o sistema intensivo apresentou a maior produção diária.
Antropoceno: reflexos de um processo de separação entre ser humano e natureza	Maria Vanaina Souza Gonçalves; Thamyres Pires Sant’Ana; Elaine Cristina de Oliveira Menezes; Luiz Everson da Silva	A sociedade moderna, ao se distanciar cada vez mais da natureza, e tomá-la como recurso a ser utilizado para obter conforto, bem-estar e gerar acúmulo de riqueza, torna-se produtora de inúmeros problemas que compõem a crise socioambiental em nível global.

Avaliação da gestão territorial no estado da Bahia: uma investigação a partir da elaboração de um índice de desenvolvimento rural sustentável	Carolina Schiesari; Paulo Eduardo Moruzzi Marques; Gabriel Adrián Sarriés	Com o índice proposto pretendeu colaborar com o desenvolvimento de futuros estudos quantitativos de avaliação de impacto de políticas públicas, especialmente para o meio rural, favorecendo a inclusão da agricultura familiar nas estratégias de desenvolvimento do país.
Colectivos TIC en Medellín y Guadalajara: estrategias para la incorporación de la mujer al mercado laboral de base digital	Juan Carlos Herrera Restrepo; Luisa Fernanda Montoya Restrepo; Maximino Matus Ruiz	El artículo explora la historia y trayectoria de cuatro colectivos de tecnología en el Distrito Especial de Ciencia, Tecnología e Innovación de Medellín, Colombia y el municipio de Guadalajara, México, con el fin de visibilizar formas de inclusión, exclusión y marginalidades que enfrentan las mujeres en el mercado laboral de base digital.
Gestão territorial de unidades de conservação litorâneas frente à proteção de recursos hídricos: estudo no litoral oeste do Ceará	Kelven Pinheiro de Sousa; Fábio de Oliveira Matos	O Ceará apresenta uma gama considerável de Unidades de Conservação costeiras que são correlacionadas com recursos hídricos. Observou-se que as áreas protegidas em questão apresentam bons cenários para proteção de ecossistemas hídricos, mas necessitam de melhor efetividade em suas ações de gestão e conservação da água.
Métricas e monitoramento para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Litoral do Paraná: avanços e desafios	Mariana Silveira Dourado Moraes; Deborah Zonatto; Ivan Jairo Junckes	Pela análise de dados, o estudo procurou responder: qual o desempenho dos sete municípios do Litoral do Paraná por ODS de acordo com o IDSC-BR? Concluem que os resultados observados guardam o potencial de subsidiar discussões para a implantação ou reorientação de políticas públicas na região.
Pandemia de Covid-19 e epidemia de dengue no Litoral do Paraná: estudo epidemiológico	Michele Christina Dullius; Neiva de Souza Daniel; Tainá Ribas Mélo; Clóvis Wanzinack; Roberto Eduardo Bueno; Carla Daniele Straub; Vinício Oliveira da Silva	O objetivo da pesquisa foi apresentar as taxas de incidência de dengue e Covid-19 no Litoral do Paraná, numa perspectiva territorial e temporal. Demonstrou que a sazonalidade característica do litoral, com grande afluxo de visitantes, necessita de monitoramento epidemiológico e políticas específicas na área de saúde.
Planejamento e mobilidade urbana em Feira de Santana-Bahia: estrutura viária, identidade e patrimônio territorial	Ákila Soares de Brito; Nacelice Barbosa Freitas	O objetivo do artigo, foi demonstrar como a malha viária e os diversos processos de planejamento contribuíram para o crescimento e expansão da mancha urbana de Feira de Santana. Além de ser influenciada por questões econômicas, sociais e políticas, os elementos culturais e identitários têm papel de destaque.
Qualidade de vida dos moradores da comunidade rural São Francisco da Cavada, Santarém, Pará	Tatiane Almeida Lemos; Iana Bruna Parente Cardoso; Liliana Pauline Cavalcante dos Santos Wanderley; Samária Letícia Carvalho Silva Rocha; Maria Alice Bizan; Gisele de Aguiar Lima; Helionora da Silva Alves	O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade de vida dos moradores de uma comunidade rural localizada no interior da Amazônia. Os moradores apresentam poucas vezes sentimentos negativos, considerando-se satisfeitos consigo, mentalmente e espiritualmente, no entanto, constatou-se o descontentamento da comunidade em relação ao acesso à saúde e à educação.

Sistemas territoriais em cidades da Amazônia e o patrimônio territorial: a microrregião de Parintins (AM)	Estevan Bartoli	Aborda as relações territoriais de redes de sujeitos em cidades amazônicas, apontando que o processo urbano na Amazônia vem demonstrando a intensificação dos fluxos entre Parintins e interiores e a caracterização laboral multifuncional da economia popular.
Tecendo saberes na meliponicultura: perfil dos meliponicultores e interação entre plantas medicinais e abelhas	Luiz Everson da Silva; Maurina Lins dos Santos	As plantas medicinais são usadas há muito tempo por nossos antepassados e são conhecidas por terem um papel importante na cura e tratamento de algumas doenças. Nesse contexto, as abelhas desempenham um papel importante, sendo que as plantas as atraem pelo néctar e pólen.

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Por fim, como Comissão Organizadora e Coordenação do Mestrado, queremos agradecer a todas as autoras e autores que disponibilizaram os artigos submetidos ao IV SBDTS e IV SIDETEG, para sua publicação nesta Edição Especial da Guaju. Da mesma forma, aproveitamos para agradecer a todos os colegas da UFPR, aos professores e alunos, que colaboraram para o êxito do evento já referido.

Pessoalmente (Prof. Valdir), como Coordenador Geral da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), em nome da rede, agradeço à UFPR na pessoa do Coordenador do PPGDTS, pelo acolhimento e aceite de fazermos, junto com o SBDTS, o seminário da REDETEG. Somos muito gratos pela acolhida.

Desejamos a todos uma excelente leitura dos artigos da Edição Especial.

Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1, p.145-182, 2000.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, jul./set./2020a.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020b.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. et al. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 21, Dossiê Temático, 2023.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./junho/2021.

LE GALÈS, P. Governance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (Orgs.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299-307.

MENEZES, E. C. O.; RONCONI, L. F. A.; SERVA, M. R. Governança dos Recursos de Uso Comum e Desenvolvimento Territorial Sustentável: análise dos Arranjos Institucionais da Pesca na Grande Florianópolis. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 10, n. 1, p. 22-40, 2016.